

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO ENSINO FUNDAMENTAL

Edna Oliveira da Paz
Mariana Willendorff Oliveira da Costa

FIP – Faculdades Integradas de Patos – edinha.paz@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a temática da Educação Inclusiva e a Formação do Professor, com foco na sua atuação no Ensino Fundamental. Faz uma breve explanação sobre a conceituação da Educação Inclusiva e seus aspectos históricos, discutindo, sobretudo, acerca da educação enquanto Direito de Todos. Apresenta várias reflexões acerca das leis que regem o assunto, bem como, aponta discussões sobre a estrutura organizacional das escolas. Nesse ponto, propõe reflexões críticas sobre a atual organização das unidades escolares no que tange à acolhida de alunos com deficiência. Ao final, procura analisar, sob a ótica do perfil profissional, o trabalho do professor e o desafio de acolher alunos com deficiências na sala de aula, sem nenhuma formação específica para isso, afinal, uma proposta escolar inclusiva requer mudanças nas propostas educacionais atuais na maioria das escolas. Nesse sentido, propõe possibilidades de estratégias para trabalhar com esse aluno, de modo a apontar uma postura do professor mais incisiva nessa discussão

Palavras-chaves: Inclusão. Educação. Escola. Formação de Professor.

Introdução

O tema sobre a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais em escolas de ensino normal públicas ou particulares e formação do professor para atender esses alunos é discussão presente no cotidiano da educação, uma vez que esta clientela tem aumentado consideravelmente.

A inclusão não consiste apenas numa proposta escolar, mas principalmente social, política e cultural. Requer ideais de justiça e de igualdade no momento em que reivindica uma escola para todos e o respeito às diferenças e às limitações de cada ser humano, apontando com isso para a convivência pacífica em uma sociedade diversificada, na qual seja possível o encontro das diferenças em todos os espaços da sociedade, em especial na escola, independentemente, de suas condições físicas, sociais, raciais, religiosas, culturais entre outras.

Proporcionar uma aprendizagem diversificada é condição essencial à tão almejada transformação social que almejamos há tempos, onde todos terão as mesmas oportunidades e serão valorizados pelo que efetivamente são com todas as suas limitações. Nesse sentido, entende-se que é necessário que sejam valorizadas e respeitadas essas pessoas em suas diferenças.

Para tanto, a proposta de uma escola e uma sociedade inclusivas requer diretamente a ideia de mobilização dos diversos segmentos sociais na tentativa de se reivindicar o bem estar de todos, inclusive dessas pessoas consideradas deficientes. Desse modo, faz-se necessário que haja transformações que possam romper velhos preconceitos e dêem espaços às novas aprendizagens mais dinâmicas, mais igualitárias, mais humanitárias.

Nesse sentido, o presente trabalho visa a oportunizar uma reflexão mais sistemática acerca do processo de Inclusão e de possibilidades de ações que sejam realmente transformadoras das condições sociais excludentes. Para tanto, ressaltaremos a importância do papel do professor nessa tarefa de incluir em meio a tantos questionamentos e desafios.

Para tanto, utilizaremos a pesquisa bibliográfica a fim de possibilitar uma fundamentação mais substancial às discussões aqui propostas, uma vez que além de oportunizarmos um espaço de reflexão sobre o processo de inclusão e a atuação do professor diante desse desafio, também traçaremos algumas estratégias que possibilitarão a esse profissional um leque de oportunidades para um redimensionamento de sua prática educativa.

À parte todas as questões valorativas sobre o tema, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade concreta vivenciada por grande número de professores de se parar e planejar novas formas de concretização das políticas inclusivas para alunos com deficiência.

Dessa forma, no primeiro capítulo, procuraremos abordar questões de nível conceitual, bem como oportunizar uma discussão sobre as atuais políticas nacionais sobre a Educação inclusiva e possíveis formas de concretizá-las, utilizando para tal os Parâmetros Curriculares Nacionais para orientação da discussão.

No segundo capítulo falaremos das bases históricas sobre a inclusão utilizando o texto de Bartalotti (2006) sobre a inclusão, em especial nas discussões sobre sua conceituação e historicidade.

No terceiro e quarto capítulos falaremos dos aspectos legais da inclusão utilizando as Diretrizes Curriculares da Educação Especial e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos.

Com os estudos de Ramos (2010) que orienta as reflexões sobre a prática da inclusão e Gesser (2009) e o seu trabalho sobre o ensino de libras e a educação inclusiva, falaremos sobre a

estrutura organizacional das escolas e a formação dos professores, fazendo a ponte de modo reflexivo com a questão da educação inclusiva nos quinto e sexto capítulos.

INCLUSÃO: discutindo conceitos

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi à bibliográfica que utiliza a coleta de informações, conceitos e dados em livros, artigos científicos, teses, dissertações, publicações eletrônicas e outros documentos escritos, com abordagem exploratória e de cunho qualitativo, que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias para oferecer uma visão reflexiva.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Meira de Sá, localizada na cidade de Aparecida – PB com os alunos do 5º ano, do turno da manhã.

Os instrumentos de coletas utilizados foram a observação e a entrevista, este último é caracterizado pelas perguntas, aplicadas igualmente a todos os entrevistados, permitindo uma análise quantitativa.

A princípio encontrei dois motivos: um de ordem intelectual e outro de ordem prática. O primeiro decorre da satisfação e do desejo de conhecer e aprofundar o conhecimento sobre o objeto estudado. O segundo decorre do desejo de fazer algo que pudesse subsidiar de maneira mais eficaz para os alunos com surdez suas aprendizagens.

A pesquisa em sua totalidade, nos dar a oportunidade de conhecermos mais de perto o aluno entrevistado, a sua vivência e os seus ideais, tornando assim possível uma aprendizagem mútua e de extrema satisfação.

O estudo ora apresentado tem um caráter quanti-qualitativo, e baseia-se em Matos (2002), quando afirma ser possível em uma pesquisa estabelecer dados quantitativos e qualitativos, pois enquanto um possibilita estabelecer estimativas numéricas de um determinado fenômeno, o outro aprofunda o significado da questão em análise.

Os dados coletados foram obtidos a partir da observação feita na escola, onde se observou a convivência dos alunos com seus pares e com os deficientes dentro da escola regular, e que esta convivência se dá de forma igualitária.

O termo inclusão aponta para um processo em que a sociedade passa a incluir em todos os seus espaços, todas as pessoas, diferenciadamente, pessoas com necessidades especiais de modo a prepará-las para assumir seus papéis nessa sociedade.

Segundo Ramos (2010, p. 19):

Por se tratar de uma nova perspectiva, a inclusão ainda causa certo medo. É preciso, portanto, que seja difundida como algo benéfico a todos que nela se inserem. O sentimento de misericórdia em relação à pessoa com deficiência, por exemplo, precisa ser questionado. Em quase todos os seminários e encontros que participo, os professores querem entender meu interesse pela inclusão. Querem saber se tenho alguém próximo com deficiência. Entendo que a questão ainda é vista como cármica – ou seja, só se interessam pelas causas difíceis pessoas que são assoladas por elas.

Para a autora, o tema da inclusão é ainda compreendido de uma maneira limitada, pois parece que o assunto só tem levantado o interesse daqueles que lidam com algum problema dessa natureza e ordem. Talvez isso até tenha atrasado os avanços nessa área em nosso país.

Sobre o assunto Bartalotti (2006, p. 5) afirma que

O movimento de inclusão social, na verdade, é uma proposta de mudança de lugar social – tirar (ou “desincluir”) alguém de um espaço e incluí-lo em outro. Isso pode desestruturar tanto o lugar de onde se tira como o lugar no qual se coloca. É um processo que envolve um rearranjo, em última instância, das relações entre as pessoas. É preciso, então pensar a inclusão utilizando também outros parâmetros, que auxiliem a compreender as particularidades desse processo. Inclusão social é um conceito bastantes abrangente, que sempre envolve a interação entre sujeitos que partilham determinada situação.

Assim, falar em inclusão é falar de espaço, de sujeitos e de interação social. Esse conceito lida basicamente com os envolvidos na dinâmica social de interação humana, que se configura como o cerne dessa proposta. Assim, ao falarmos sobre inclusão social, devermos levar em consideração também, e de modo especial, as realidades de uma determinada situação (a que o indivíduo com deficiência se encontra – excluído) e a mudança de posição desse indivíduo para um outro espaço (o social, de inclusão).

Ainda a autora que destaca

Falar em inclusão social implica falar em democratização dos espaços sociais, em crenças na diversidade como valor, na sociedade para todos. Incluir não é apenas colocar junto, e, principalmente, não é negar a diferença, mas respeitá-la como constitutiva do humano. O valor – positivo ou negativo – que se atribui à diferença é algo construído nas relações humanas. O vetor da exclusão/inclusão não está, portanto, na diferença em si, mas no valor a ela atribuído. (BARTALOTTI, 2012, p. 16)

Nessa conceituação, a autora destaca a necessidade de se refletir sobre o que é realmente inclusão: não apenas esse “colocar junto” que as propostas atuais têm dado ênfase. Ela vai além, pois lida com valores e perspectivas que perpassam as relações humanas.

Nesse sentido, Gesser (2009, p. 79) diz que

Contudo, sabemos que apenas o registro legal não basta para garantir mudanças e eliminar preconceitos. Passar pelos documentos oficiais é importante e afirmativo, mas há que se ir além e, certamente, um dos caminhos passa pela educação e formação dos indivíduos e pelas decisões de políticas lingüísticas e educacionais.

A autora também alerta para a necessidade de se buscar a efetivação dessa mudança que tanto tem sido defendida e difundida. Muito se tem feito, no entanto, há muito que se fazer para que essa proposta de inclusão social seja uma realidade mais concreta. Até lá, o nosso papel é refletir, denunciar, exigir que mudanças sejam encabeçadas.

Toda essa discussão nos remonta a uma noção de que discutir ou conceituar inclusão social acaba por ampliar nossas reflexões na medida em que tal discussão atrai outros fatores fundamentais pertinentes à temática, como exclusão, políticas públicas e responsabilidade social, o papel da escola e o trabalho do professor, além de instigar sempre a questões referentes às necessidades específicas de cada indivíduo.

No entanto, não nos cabe neste estudo, adentrarmos nesta seara, tão vasta e convidativa. O foco das nossas discussões apontará para uma reflexão mais singela sobre a inclusão social e o papel do professor, de modo que possamos oferecer uma oportunidade de reflexão sobre a temática aos educadores e interessados no tema.

Assim, podemos destacar que a inclusão constitui um processo onde algumas pessoas, consideradas excluídas, possam ter efetivamente a equiparação de oportunidades para todos dentro do contexto social, político, econômico e cultural, não apenas sob o aspecto da educação.

Pensar em inclusão escolar implica pensar em um sistema educacional que assegure o direito de aprender e se prepare para atender as diferenças individuais. Assim sendo, não seriam apenas os portadores de deficiências os beneficiados, mas todos os alunos que, de um modo ou de outro, apresentem alguma dificuldade na sua aprendizagem.

Assim, educação num contexto de inclusão significa que todas as pessoas devem ser incluídas na vida educacional da escola, de modo que trabalhem levando em conta as necessidades educativas especiais de cada uma delas.

Inclusão: aspectos históricos

A história nos mostra que há uma tendência a reproduzirmos modelos que possam servir de exemplo ou de referência às futuras gerações, ocorrendo também no meio educacional. Assim, a escola tem um importante papel quando funciona de forma justa e é um grave problema se contribui para as desigualdades.

Ramos (2010, p. 23) afirma que

Um breve panorama histórico, a partir da idade média, evidencia a deficiência como uma manifestação do mal, um castigo, uma provação. Desde essa época (ou desde sempre), da deficiência decorrem sentimentos de segregação, medo e vergonha.

A autora inicia o capítulo trazendo à tona a origem dessa segregação que está aliada ao conceito de exclusão/inclusão desde a idade média. Dando continuidade, a autora recorre aos contos clássicos infantis para descrever a trajetória dos deficientes:

Quem não se lembra de Branca de Neve e os Sete Anões? Por que os anões viviam juntos, na floresta, distante do burgo? Por faziam um trabalho braçal nas minas de carvão? Por que não aceitavam bem a chegada de estranhos? Por que não foram ao casamento da Branca de Neve? E o Patinho Feio? Por que só foi feliz quando encontrou os iguais? E o Corcunda de Notre Dame? Por que foi abandonado pela família e acolhido pela misericórdia do pároco da cidade? (RAMOS, 2010, p. 23)

Citando os clássicos infantis a autora nos leva a uma reflexão sobre toda a ideologia negativa que perpassa a nossa literatura dentro dessa temática da inclusão/exclusão. Sobre os avanços da abordagem da inclusão social, ela comenta que:

Embora no século XX o olhar sobre a deficiência tenha avançado positivamente, as novas visões caminham para uma concepção patológica, isto é, marcada sobretudo pela idéia de doença. A pessoa com deficiência passou a ser tratada por uma perspectiva terapêutica. Surgiram institutos e escolas especiais com métodos também especiais – que, embora se constituíssem em avanço na história da deficiência, ainda mantiveram (ou mantêm) os indivíduos segregados. (RAMOS, 2010, p. 24)

A autora destaca o fato de embora alguns avanços estejam acontecendo, essas conquistas não se configuram como uma proposta justa de inclusão social, haja vista o caráter segregador que ainda apresentam.

Para Pequeno&Santos (2011, p. 73):

O debate sobre Inclusão Social tem sido destaque no final do século XX e início do século XXI onde presenciamos uma revolução científico-tecnológica, um mundo globalizado e interconectado por redes digitais, onde vivemos “mergulhados” num turbilhão de informações, que invadem nosso cotidiano.

Para os autores, o tema da inclusão social ganhou campo de discussão com o início do chamado processo de globalização, onde as informações invadiram todos os espaços da sociedade e, em especial, os da escola. Esse acesso às informações possibilitou uma tomada de consciência e a necessidade de uma nova postura no que tange ao acolhimento das pessoas com deficiência em todos os espaços da sociedade moderna.

Essa necessidade de se incluir pessoas com necessidades específicas é relativamente recente, pois como afirmam ainda Pequeno&Santos (2011, p. 74):

Na Idade Média, as pessoas com deficiência viviam isoladas do resto da sociedade em asilos, conventos e albergues, a exemplo da temática abordada no filme “O corcunda de Notre Dame”. Só em 1854, surgiu a criação de duas escolas residenciais para deficientes da audição e da visão denominadas atualmente de Instituto Benjamin Constant e Instituto de Educação de Surdos.

Nesses termos, a preocupação em criar um espaço para acolher pessoas com algum tipo de deficiência foi surgindo aos poucos e de um modo ainda discriminatório, haja vista que essas pessoas ficavam restritas a frequentar escolas específicas, sem o contato com as crianças sem necessidades específicas.

Bartalotti (2006, p. 5) afirma que

A questão da inclusão social, no entanto, é muito mais ampla do que pode parecer em uma análise apressada. Só precisamos falar de inclusão porque existem pessoas que, pelos mais variados motivos, encontram-se alocadas em uma categoria aparentemente específica: a dos excluídos. Quer dizer, só falamos em inclusão porque identificamos situações como sendo de exclusão e, mais do que isso, porque a exclusão é definida como algo desvantajoso. Ruim, indesejável, algo que fere a dignidade humana.

Para a autora, toda a reflexão acerca das diversas propostas de Inclusão Social não pode deixar de lado a problemática maior da exclusão, uma vez que não precisaríamos de políticas de inclusão se não tivéssemos problemas de exclusão. Nesses termos, a autora aponta para a necessidade uma reflexão mais profunda e sistemática sobre o tema. Nesse sentido a autora afirma que

Vivemos um momento em que as desigualdades são brutais, a intolerância é a tônica em muitos momentos, gerando situações sociais de confronto que, obviamente, causam desconforto. E o desconforto é algo que incomoda, que queremos afastar, portanto gera uma busca de sua superação. Mas essa busca nem sempre se configura em uma ação de transformação. Que possa, senão eliminar, pelo menos diminuir drasticamente as desigualdades; muitas vezes temos ações que têm um caráter mais de acomodação, de tentativa de evitar ou minimizar os confrontos. (BARTALOTTI, 2012, p. 7)

Para ela, o processo de inclusão ainda não se configura como uma proposta justa. Pelo menos não a que temos, pois muitas vezes, toda essa discussão sobre inclusão aponta somente para certa acomodação de uma situação de “desconforto”, no dizer da autora.

Nestes termos, a inclusão ainda vem se concretizando, pois não se configura como uma realidade pedagógica nem social. Ramos (2010, p. 27) afirma que

Como tudo é novo, o processo de inclusão escolar causou uma espécie de revolução. De um lado, a teoria orientava a prática inclusiva; de outro, ocorreram alguns equívocos. A escola regular mostrou-se fragilizada e incompetente para lidar com essa mudança. Foi exatamente nesse vazio que se instalaram práticas incorretas – como a invasão da escola pelos especialistas de diversas áreas, com o propósito de capacitar os professores para a “educação especial”.

Segundo a autora, esse processo de inclusão não está acontecendo de um modo organizado, equilibrado. Em especial no espaço escolar, que está sofrendo com uma enxurrada de informações, teorias e profissionais de diversas áreas com o intuito de “acertar” um caminho (o melhor) para incluir pessoas com deficiências. O resultado tem sido, conforme assegura a autora, uma verdadeira revolução, onde todos os envolvidos neste processo, em especial, os professores, sentem-se angustiados por não conseguirem efetivar uma proposta eficaz de inclusão.

Foram necessários muitos anos e muita luta para que a educação para pessoas com necessidades especiais fosse reconhecida como direito básico e necessidade urgente. Vivemos numa sociedade onde as divisões de classes são evidentes e revoltantes. É urgente o surgimento de novos paradigmas que possam nos trazer novas alternativas que apontem para uma efetiva transformação social.

A realidade com todo o seu aparato tecnológico de progresso e desenvolvimento traz novas exigências educacionais e aumenta a necessidade de uma escola não excludente, mas inclusiva. Dessa forma, faz-se necessário também que se revejam as práticas pedagógicas para essa nova proposta de educação inclusiva.

Anteriormente as pessoas deficientes eram separadas do convívio social, pois sua diferença era vista como um traço negativo e algumas crenças apontava mesmo para algo “maldito”. O caso é que aquilo que era diferente era desconhecido e trazia mistérios e medo. O medo gerava o preconceito e juntos, levavam a exclusão completa dessas pessoas.

Foi no século XIX, que ocorreram grandes e significativas descobertas na área da medicina, biologia e saúde, e começou-se a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para seus problemas. Assim, o deficiente passou a ser tratado como doente em algumas instituições, e eram recebidos em asilos de cunho religioso ou filantrópico. Nesse tempo, surgiram as escolas especiais e os centros de reabilitação, pois a sociedade começava a perceber que os deficientes poderiam ser produtivos desde que recebessem um treinamento adequado.

As escolas que se pretendem inclusivas devem assumir o compromisso de oferecer espaço apropriado a todos os alunos visando a obtenção de êxito, respeitando as diversidades.

Segundo Ramos (2010, p. 26):

Retomando o processo histórico da inclusão escolar, nos anos 1980 desenvolveu-se a prática da integração. Nessa perspectiva, os alunos com deficiência passavam um período na escola convencional, mas ainda frequentavam a escola especial com o propósito de desenvolver as possíveis defasagens. Paralelamente a esse processo, algumas escolas regulares passaram a receber alunos considerados “especiais” em salas também especiais, o que representava, a meu ver, uma forma bastante cruel de exclusão, tendo em vista que essas crianças eram rotuladas como diferentes por toda a comunidade escolar. Costumo dizer que é como se fossem pássaros presos em gaiolas em plena floresta.

Para Ramos, a inclusão de alunos com deficiência em escola regular não tem sido justa, pois as abordagens e a forma como esses alunos são “acolhidos” acabam por constituir outra forma de exclusão, talvez mais cruel ainda.

De modo geral a história aponta diversas culturas que tratavam suas crianças com necessidades educacionais especiais de modo diferenciados. Algumas exterminavam, outras segregavam, outras com o passar do tempo foram integradas, e hoje fala-se na inclusão destas crianças.

Embora muito se tenha conquistado, vemos, em pleno século XXI ideias disseminadas de que crianças nascidas deficientes são um mal a humanidade. É preciso que a sociedade através da sua educação consiga exterminar tais pensamentos e apontem caminhos que possam oferecer oportunidades a todos, respeitando suas limitações.

Educação para todos

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem em Jomtien, Tailândia de 5 a 9 de março de 1990. Ela assegura a necessidade que todos os seres humanos têm de acesso à educação, reafirmando que é essencial para o progresso social e o desenvolvimento pessoal. Afirma que tal compromisso é de todos os países e esclarece que a nossa educação que temos hoje não está bem e precisa de mudanças urgentes para melhorar a sua qualidade.

De acordo com o documento:

ARTIGO 1. SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM: Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

De acordo com o documento, todas as pessoas, portanto, indiscriminadamente, devem aproveitar as oportunidades de aprendizagem. Nesse contexto, abrange todo e qualquer indivíduo, seja ele portador ou não de determinada necessidade específica.

Desse modo, uma política inclusiva deve de longe, estabelecer não somente um aparato teórico sobre quem deve ser incluído, mas antes de qualquer discussão, oferecer o suporte a esse processo, delegando responsabilidades e perspectivas, atribuindo papéis e regulamentando o processo de inclusão social.

Diretrizes Curriculares da Educação Especial (Aprovada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/2001)

A resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica homologada pelo Ministro da Educação em 15 de agosto de 2001. Ela institui as diretrizes nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na educação básica assegurando-lhes educação especial quando necessária. Os sistemas de educação devem receber em suas redes de ensino todos os alunos inclusive os com necessidades educacionais especiais assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade e garantindo a qualidade do processo formativo desses alunos.

Para a elaboração dessa lei houve diversas discussões, a partir das Referências para Educação Especial, na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. De acordo com o documento (2001, p. 6):

A adoção do conceito de necessidades especiais educacionais e do horizonte da educação inclusiva implica mudanças significativas. Em vez de se pensar no aluno como a origem de um problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os demais, coloca-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos.

Dessa forma, as diretrizes apontam para uma retomada de postura tendo como enfoque o aluno não como a origem do problema da inclusão/exclusão, mas o desafio de se criar as condições para que os alunos com deficiência sejam atendidos em suas reais necessidades.

De acordo com ela ficaram estabelecidas duas questões centrais: a Organização dos sistemas de ensino de modo a atender o aluno com necessidades especiais; e, a formação do seu professor.

Segundo as diretrizes para que isso ocorra é necessário que:

- A estrutura de políticas públicas sejam de conhecimento de todos os profissionais da educação.
- As políticas educacionais precisam ter em vista uma pedagogia de inclusão.
- Os princípios precisam estar fundamentados com relação aos direitos a dignidade humana, exercício da cidadania e uma busca de identidade própria.
- A preocupação de construir um processo de inclusão no sistema educacional deve ser sistemático e com as estruturas adequadas para o processo.

Para isso a preocupação é:

- No âmbito político é necessário que as redes de ensino assegurem vagas a todos os alunos da região escolar.
- No âmbito técnico científico, mesmo ficando esta matéria para Câmara de Ensino Superior do CNE, a preocupação é estar preparando os professores da classe comum e aquele da classe especial, num trabalho de interação.
- No âmbito pedagógico, o projeto político pedagógico que dê conta em construir um currículo com uma aprendizagem inclusiva.
- No âmbito administrativo, é a colocação pelos sistemas de ensino de setores responsáveis pela educação especial, que planejem, orientem as ações numa educação inclusiva.

- Para que os sistemas de ensino se organizem as diretrizes orientam para que passem usar os seguintes conceitos na seguinte acepção (p. 38): educação especial.

Conforme recomenda a lei o atendimento desses alunos com deficiências deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, com professores das classes comuns e os especializados, com a distribuição dos alunos de acordo com suas necessidades por varias classe comuns para que se beneficiem das diferenças e ampliem as experiências dentro do princípio educar para a diversidade e adaptações no currículo, conforme asseguram as diretrizes, utilizando uma metodologia de ensino diferenciando e uma avaliação adequada. Deve-se oferecer também apoio especializado, inclusive com a presença de intérpretes e outros profissionais quando necessário.

De acordo com as diretrizes (2001, p. 28):

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educando, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Conforme consta no documento a entrada do aluno na escola e em salas regulares não é indicativo de efetivação das políticas de inclusão social, antes, requer um novo posicionamento

frente ao desafio de incluir. À escola e ao professor, conforme discutiremos, cabe a tarefa de se adequar a essas novas exigências, tão específicas quanto desafiadoras: cursos de formação e capacitação, adaptação dos prédios e espaços escolares, material didático específico, acompanhamento de profissionais especializados... todos esses fatores influenciam diretamente na qualidade do modo como esse processo vem se consolidando nos espaços educacionais.

Estrutura organizacional das escolas

Uma escola que se diga inclusiva, para todos no sentido lato da palavra, compreende a importância e a profundidade da sua ação inclusiva dentro do contexto socioeducacional e político que é proposto e caminha rumo à transformação não somente em termos de debates sobre o assunto, mas, sobretudo em termos de prática educativa.

Segundo Ramos (2010, p. 11):

Sabemos que a escola no Brasil já está convencida, mesmo que por força da lei, de que deve receber crianças com deficiência. Contudo, ainda se praticam ações que não condizem com a verdadeira inclusão. A luta ainda está longe de ser vencida. Isso porque a escola matriculou os deficientes, mas ainda tem dificuldade de lidar com as diferenças.

Para a autora, esse processo de inclusão de crianças com deficiência ainda está caminhando, pois embora tenhamos consciência do papel da escola, não dispomos ainda de todas as “ferramentas” necessárias para que esse processo se concretize de um modo digno e justo.

Uma proposta escolar inclusiva requer mudanças nas propostas educacionais atuais na maioria das escolas, seja quanto à organização curricular, seja pelas atitudes daqueles que a compõem: professores, diretor, pais, alunos e todos os que se interessam pela educação na comunidade.

Para que se fale em inclusão, a escola precisa mudar porque do jeito como está não é suficiente, pois quando ela for boa para uma criança com necessidades especiais, ela com certeza será boa para todo mundo.

No entanto, a escola brasileira tem uma proposta segregadora e nega uma condição tipicamente humana, sua identidade.

Sobre essa discussão Bartalotti (2012, p. 47) afirma que

Primeiramente, é preciso afirmar que inclusão não se limita a acesso, não é uma simples questão de colocar junto. A garantia do direito de estar junto, de partilhar dos recursos e oportunidades que a sociedade oferece, é um passo essencial. Esse é o papel do legislador, elaborar leis que garantam que nenhum cidadão pode ser discriminado por conta da deficiência: a lei define que é crime impedir o acesso de pessoas com deficiência ao trabalho, à escola, ou a qualquer espaço social por conta da sua condição...

Para a estudiosa, é necessário que essa tão discutida proposta de inclusão avance a vá além da simples noção de se colocar o aluno com deficiência na escola. Mais ainda, a escola deve ser o lugar onde esse indivíduo com deficiência encontre o espaço propício ao desenvolvimento de suas habilidades e, para tanto, requer um novo posicionamento do professor.

A mudança na mentalidade e as reformas físicas das escolas são muito importantes para que essa luta seja travada. A principal mudança, por exemplo, deve acontecer no projeto político-pedagógico, e deve mudar a mentalidade das pessoas. Uma reforma física é importante, porém

não basta mudar a escola e não continuar com mesmas ideias segregadoras no diretor, no professor, no faxineiro, na comunidade, em geral.

O diferencial de uma política inclusiva é a proposta de uma sociedade igualitária e, portanto, para todos. A inclusão requer uma ruptura dos paradigmas arcaicos que insistem em ainda causar efeitos, ela requer antes de tudo a construção de um novo sistema, de uma nova sociedade, de uma nova escola. Tais ideias podem melhorar a vida de cada um de nós porque são de justas e pautadas em princípios de equidade.

A formação de Professores

A referência a uma política de inclusão, com enfoque nas escolas, o professor de Educação Especial deve encará-la como processo democrático, como um espaço de todos, cujas limitações serão respeitadas e trabalhadas.

O educador de hoje, se quiser atuar numa perspectiva de inclusão, deve buscar alternativas para atender a diversidade existente nas salas de aula onde atuam. Para tanto, exige-se que ele tenha compreensão das necessidades dos alunos portadores de necessidades educativas especiais, respeitando tais necessidades, e identificando-o como um indivíduo com certa limitação.

No entanto, não poderá esquecer que esse indivíduo possui também certas habilidades que devem, aliás, ser trabalhadas de modo a proporcionar a esse indivíduo um melhor avanço em sua formação educacional. Além disso não cabe apenas aos professores procurar uma formação específica para a acolhida desses alunos com necessidades específicas, conforme salienta Gesser (2012, 42 – 43):

O preparo de todos os funcionários da escola é o que proporciona o êxito da inclusão. De nada adianta o professor ser capacitado a desenvolver seu trabalho se aqueles que estão no entorno não se apercebem do processo. Crianças com transtornos mentais – os autistas, por exemplo – têm dificuldade de permanecer em ambientes fechados como a sala de aula. Costumam andar pela escola aparentemente sem rumo. Aparentemente porque suas andanças são seu modo de interagir com o ambiente. No momento em que circulam, estão percebendo as dinâmicas de modo diferenciado.

Para a autora, há que se oportunizar a capacitação de todo o pessoal da escola, de modo que todos os envolvidos tenham consciência do processo de inclusão e isso, é fundamental para o sucesso desse processo.

Nesse sentido, uma primeira medida é que se abandonem os rótulos e baseadas nas deficiências dos alunos. Uma vez que não se pode falar em Educação inclusiva sem que se abandone esse tipo de comportamento.

Desse modo, pensar em formação de professor numa proposta de inclusão consiste num desafio, pois requer certas mudanças, certas rupturas que estão impregnadas pela sociedade.

O professor deve fazer a inclusão agora. As escolas precisam perceber a importância da inclusão e do papel do educador neste processo e fazer com que o ele se perceba agente dessa mudança, através de políticas de aperfeiçoamento e de valorização do seu trabalho.

O professor precisa ser consciente da importância do seu trabalho, da sua prática de ensino, que, aliás, deve ser estruturada em função do aluno para que este possa adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades específicas.

A participação do professor no processo de inclusão é de extrema importância, uma vez que ele passará grande tempo com o aluno e sua visão possibilitará um maior avanço nesse processo de inclusão.

A atualização da prática docente surge do esforço do professor de encontrar respostas para os problemas que se propõem. Desse modo, a formação continuada se configura como política essencial à ruptura de velhos paradigmas e a apropriação das novas políticas de inclusão.

Segundo afirma Gesser (2012, 61):

O professor deve estar preparado para a sua função, que é a de promover o desenvolvimento de seus alunos. Para isso, precisa ter conhecimento dos conteúdos específicos e, na mesma proporção, das práticas pedagógicas disponíveis. Melhor dizendo, o professor tem de conhecer os processos que envolvem a relação ensino/aprendizagem e não somente os conteúdos específicos das disciplinas que leciona. Quando isso não ocorre, ou seja, o professor não conhece novas práticas pedagógicas, utiliza as antigas, aquelas que foram vivenciadas por ele em seu processo educacional, tornando suas aulas maçantes e improdutivas, tendo em vista que novos tempos demandam novas atitudes.

Com a educação inclusiva, surge a necessidade de se repensar as propostas educacionais de modo que realmente possam atender às necessidades dos alunos. Dessa forma, a autora chama a atenção para a função precípua do professor e aponta como alternativa a reflexão e o

planejamento de atividades pedagógicas mais condizentes com a realidade posta, sob o risco de se tornar um profissional ineficiente.

Muito mais importante é conceber que a escola como espaço de formação e exercício da cidadania e não como local de transmissão de conteúdos. Nesse sentido, a formação de professores não pode deixar de levar em conta a inclusão daquelas pessoas com necessidades educativas especiais dentro de espaços sociais, em especial e com grande destaque, na escola.

Considerações finais

Uma sociedade inclusiva é possível. E com certeza será também um lugar melhor, mais justo, mais humano. É necessário que não nos conformemos frente a este problema. O trabalho e a luta pela inclusão social são antigos e requer aprimoramentos.

A inclusão, muito embora tenha avançado nas últimas décadas, ainda encontra entraves que tornam seu avanço ainda lento, ainda distante. Atitudes simples como reformas nos espaços escolares são ainda uma realidade distante em muitas escolas do país.

É necessário que essas políticas ganhem palco e sejam centro de discussões e atenção dos governantes e que deixem de se configurar apenas como debates, leis ou projetos, mas como uma realidade viva e presente que se abre para acolher aquelas pessoas que têm se sentido excluídas do sistema educacional, social e político e cultural.

O papel do professor é extremamente importante nessa discussão, uma vez que ele atua diretamente no espaço privilegiado de formação de opiniões e de acolhida dessas pessoas com deficiências. É o professor, figura fundamental nesse processo de mudança, de evolução, de luta e de conquista em termos de concretização das políticas educacionais de inclusão.

A escola precisa abandonar velhos conceitos e se abrir aos novos desafios que urgem, que na verdade clamam por espaços de justiça e de igualdade para todos. Somente assim, ela poderá levantar o estandarte de uma educação realmente de qualidade.

Acreditamos que uma sociedade mais justa e mais digna seja uma possibilidade, apesar dos tantos desafios que encontramos. A inclusão social há muito deixou de ser um sonho e vem se fortalecendo com o passar do tempo. A construção de uma sociedade para todos só se tornará possível quando cada um de nós compreendermos a nossa função social e a nossa identidade cidadã, e aqui o trabalho do professor e a sua arte de educar é fundamental nessa nova postura. Somente assim será possível falar em uma sociedade igualitária, mais digna e mais justa na medida em que se configura como um espaço para todo e de todos.

Em termos gerais, pode-se sugerir como alternativa a esse desafio, a organização da classe de professores, bem como o apoio da gestão escolar em todos os níveis do Governo no sentido de se exigir as condições favoráveis para que se acolham os alunos com deficiência de maneira digna: adaptação dos prédios e espaços escolares, requisição do material didático que atenda às especificidades dos alunos, formação de professores, entre tantos.

De modo mais amplo, o professor deve recriar os espaços da sala de aula de modo a proporcionar aos alunos com deficiência, oportunidades de construção do seu saber, sempre respeitando as suas limitações, porém não subestimando o aluno

Referências

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** 3. ed. São Paulo: Paulus, 2012.

BUENO, Jose Geraldo Silveira. Diversidade, deficiência e educação. **Revista espaço**. Rio de Janeiro: INES nº 12, p3-12, julho-dezembro, 1999.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Unesco, 1998. Jomtien, 1990

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (APROVADA PELA RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11/09/2001)

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionistas. São Paulo: Plexus editora. 2001.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Editorial, 2009.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer.** 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. Ver. e atual.

PERLIN, Gladis T.T. “Identidades surdas”. In:Skliar, Carlos (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

PEQUENO, R. & SANTOS, L. P. dos. **Novas tecnologias e pessoas com deficiências: a informática na construção da sociedade inclusiva?** Campina Grande: EDUEPB, 2011.

RAMOS, R. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para educação inclusiva.** 2, ed. São Paulo: Summus, 2010.

SKLIAR, Carlos. (Org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 3. ed.Porto Alegre: Mediação, 2005.